



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680297 - CE (2021/0220021-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : JOSE AMILTON SOARES CAVALCANTE E OUTRO
ADVOGADOS : JOSÉ AMILTON SOARES CAVALCANTE - CE029099
DANIELA FERNANDES DA SILVA - CE032737
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : ANTONIO DEIVID FERNANDES (PRESO)
CORRÉU : FLAVIO PEREIRA RODRIGUES FERREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO DEIVID FERNANDES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0627239-53.2021.8.06.0000).

O paciente foi preso em flagrante delito, em 23/7/2020, pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Os impetrantes sustentam que a diligência requerida na audiência de instrução e julgamento, realizada em 26/10/2020, não foi cumprida, estando o processo paralisado há 7 meses e 12 dias.

Alegam o constrangimento ilegal do paciente tecnicamente primário, com endereço fixo e trabalho lícito no distrito da culpa, em razão do excesso de prazo da prisão preventiva, que foi reconhecida pelo Tribunal *a quo* no julgamento do *habeas corpus*, quando emitiu a recomendação ao juiz para que imprimisse celeridade ao feito, o que ainda não ocorreu, e que não estão presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requerem, liminarmente, a suspensão/relaxamento da prisão preventiva do paciente com a expedição de alvará de soltura mantendo em liberdade até o julgamento do writ.

Pugnam para que, caso assim não entenda, seja a ordem concedida em menor extensão, para aplicar as medidas cautelares diversas da prisão, nos termos dos arts. 282, I, § 6º, e 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto a apreciação do excesso de prazo para a manifestação da instância de origem demanda cuidadoso exame dos autos, o que não se mostra adequado neste momento.

Ademais, o Tribunal deixou assentado o seguinte:

Dessarte, nas circunstâncias atuais, não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa, vez que o feito está seguindo o seu fluxo normal, sendo devidamente impulsionado pelo magistrado de origem e tramitando dentro da razoabilidade. Destaca-se, ainda, que o processo está próximo ao seu julgamento, considerando que já houve o encerramento da instrução, estando pendente apenas a juntada do laudo pericial definitivo, já requerido à PEFOCE, e o fornecimento do relatório do SPIA, já solicitado à autoridade policial, para posterior apresentação de alegações finais pelas partes e julgamento do feito, fazendo incidir, no presente caso, a Súmula nº 52, do STJ: “Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.”(fl. 110)

No entanto, faz-se necessário recomendar que o magistrado de origem envide esforços no sentido de dar celeridade ao processamento do feito, com o necessário acompanhamento do retorno dos ofícios enviados, para que possa ser dada continuidade ao trâmite processual, com a apresentação das alegações finais pelas partes. [...]

Em consulta aos autos de origem (fls. 385/388), verifica-se que a prisão preventiva do paciente foi reavaliada e mantida em 16.03.2021, em razão de persistirem os motivos autorizadores da prisão cautelar, inexistindo qualquer fato novo que pudesse modificar a opinião anteriormente exarada pelo juízo de origem (fl. 113)[...]

Em relação ao pleito de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319, do Código de Processo Penal, entendo que não merece prosperar, visto que insuficientes para acautelar a ordem pública ante o risco concreto de reiteração delitiva, uma vez que o paciente já respondeu a outras ações penais e, ainda assim, persistiu nas condutas delitivas. Conforme destacado pelo magistrado de origem, o paciente “responde pelos crimes de tráfico e associação(processo nº 5986-53.2014.8.06.0081), além de já ter respondido por lesão corporal e receptação.” (fl. 114)

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente